

A CRISE AGRÍCOLA: SAÍDA À VISTA, HERANÇA A PRAZO.

Versão integral, revista e atualizada, do artigo originalmente editado para a publicação Panorama do Aço de Dezembro de 2006.

André Pessôa

Nos quatro cantos do país, nesse momento, centenas de milhares de produtores agrícolas estão com suas máquinas trabalhando a todo vapor semeando uma nova safra. Na cabeça de todos paira uma dúvida: a colheita trará a repetição do sofrimento vivido ao longo dos últimos dois anos ou a alegria de se obter rentabilidade para saldar os compromissos assumidos para o plantio em curso e, quem sabe, iniciar um longo processo de fechamento das feridas abertas por uma das maiores crises que a agricultura de grãos já viveu no país?

Uma análise cuidadosa dos dados disponíveis permite antever um quadro bem mais promissor que o dos anos anteriores. A forte queda nos custos de produção e a recente recuperação dos preços internacionais da maioria dos produtos agrícolas apontam para um ano de lucros. Nas regiões Sul e Sudeste, mais privilegiadas no aspecto logístico, as margens esperadas são alentadoras. Em boa parte do Centro-Oeste e nos Cerrados do Nordeste os produtores de grãos também devem voltar a ter lucro. No Mato Grosso, onde a logística precária e a destruidora ferrugem asiática minam a competitividade da soja, espera-se que a maioria dos produtores alcance ao menos o *break-even*. As perspectivas de que finalmente tenha se encerrado o longo processo de valorização do Real, maior vilão da agricultura nos últimos anos, e de que tenha vida longa a trajetória de queda da taxa de juros, iniciada recentemente, ajudam a trazer a confiança de que o pior já passou.

A grande questão a ser respondida é se a nova fase positiva será sustentável, ou se, logo ali na frente, teremos que passar outra vez por momentos de aflição e de pesados prejuízos. Para chegar a alguma conclusão nesse sentido é preciso, primeiro, entender de forma mais detalhada, com cortes regionais e setoriais, o processo que nos levou da euforia à crise e seus desdobramentos na cadeia de valor do agronegócio. Da mesma forma, deve-se proceder quanto à avaliação detalhada dos cenários esperados para os próximos anos, com ênfase aos desdobramentos da intervenção estatal ou não na solução da questão do endividamento.

Para tanto, é preciso separar nesta análise o fluxo de renda e o estoque de dívidas. O fluxo de renda da agricultura brasileira, de fato, vai melhorar bastante em 2007, devendo inclusive marcar o início de um novo ciclo de crescimento. Porém, o estoque de dívidas contraídas e o caminho escolhido para seu saneamento vão determinar a extensão e a intensidade da nova fase de crescimento e se, de fato, estamos livres de crises.

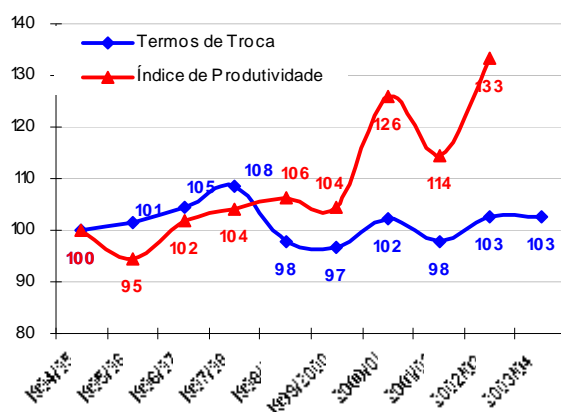
Por fim, pretende-se, à luz dos problemas ainda não superados e do provável ambiente mais favorável, sugerir algumas alternativas de política pública que poderiam tornar mais curta a transição da fase de crise para o crescimento, além de colaborar para a construção de uma base que permita o crescimento sustentável.

1. DA EUFORIA À CRISE

Um intenso processo de transformações esteve em curso antes de se consolidar o boom de crescimento do setor agrícola entre 2000 e 2004, refutando a tese simplista de que a recuperação e expansão do setor se baseavam apenas na desvalorização da moeda. Entre essas transformações destacaram-se: (1) a estabilização da economia, (2) os avanços em logística, (3) a internacionalização do capital das empresas de insumos e *tradings*, (4) a revolução gerencial das fazendas, (5) a modernização da comercialização agrícola, (6) o saneamento das dívidas agrícolas (securitização, PESA e RECOOP), (7) a ampliação da disponibilidade de crédito rural oficial, (8) a eliminação do ICMS sobre as exportações, (9) o boom na indústria de aves e suínos; (10) e a mudança na imagem do agronegócio na sociedade.

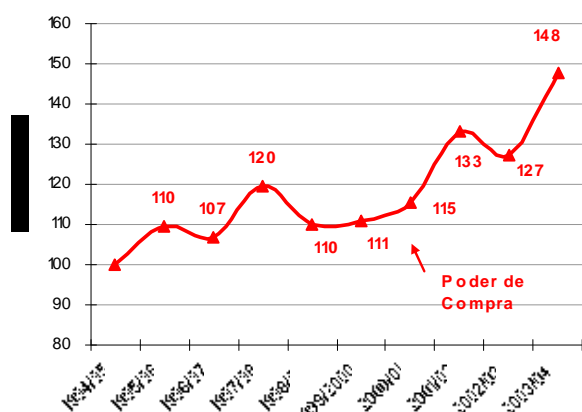
Essa complexa combinação de mudanças permitiu à agricultura transformar um momento favorável de preços externos de *commodities*, como o vivido entre 1996 e 1998, num grande salto de competitividade. Um ciclo virtuoso de aumentos de produtividade e de novos investimentos tomou forma. Embora os termos de troca - a inflação da receita agrícola sobre a inflação dos custos agrícolas - não tenham sido desfavoráveis aos produtores entre 1994 e 2004, foi o excelente desempenho de produtividade que determinou a forte ampliação do poder de compra. Boa parte desta renda foi destinada à ampliação dos investimentos em tecnologia, que se transformaram em maiores produtividades, fechando o ciclo de crescimento. Outra parte foi usada para aumento de área plantada, que não ocorria de forma expressiva desde a década de 70.

Gráfico 1 – Índice de Termos de Troca e de Produtividade



Fonte: Agroconsult

Gráfico 2 – Índice de Poder de Compra e Câmbio



Fonte: Agroconsult

A produção agrícola deu um grande salto, finalmente rompendo a barreira dos 100 milhões de toneladas. As exportações agrícolas foram determinantes na superação da grave restrição que a balança comercial deficitária impunha ao equilíbrio do balanço de pagamentos desde o lançamento do Plano Real. A cultura da soja foi o grande destaque, tendo dobrado, em uma década (1994-2004), tanto a área plantada, que passou de 11,7

A Crise Agrícola: Saída à Vista, Herança a Prazo

milhões para 23,3 milhões de hectares, quanto a produção, que passou de 25,9 milhões para 51,4 milhões de toneladas. Seu poder de compra, tendo como base um índice 100 na safra 1994/95, deu um salto de 47 pontos percentuais entre as safras 1999/2000 e 2003/04, quando os produtores brasileiros foram favorecidos por preços altos no mercado internacional, câmbio desvalorizado e boas produtividades. A soja passou a representar respectivamente 48 % e 46% da área e da produção total de grãos, num processo que entre 1994 e 2004 ficou conhecido como a “sojificação” da agricultura brasileira, quando as exportações do complexo soja saltaram de US\$ 4,1 bilhões para US\$ 10,1 bilhões.

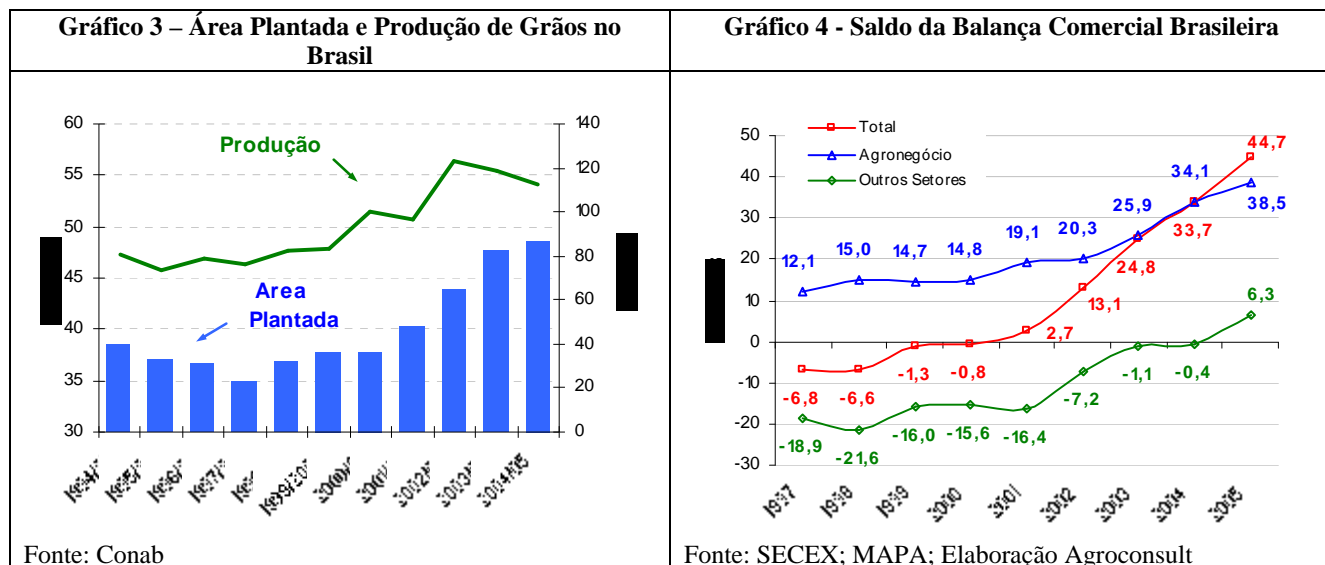
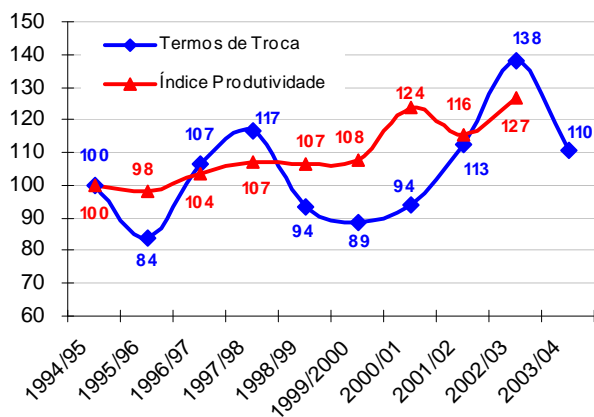
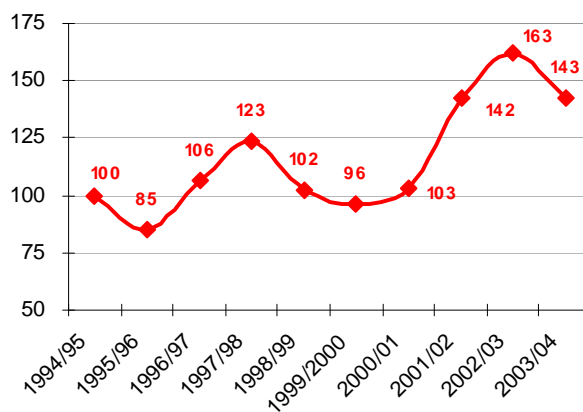


Gráfico 5 – Índice de Termos de Troca e de Produtividade - SOJA



Fonte: Agroconsult

Gráfico 6 – Índice de Poder de Compra - SOJA



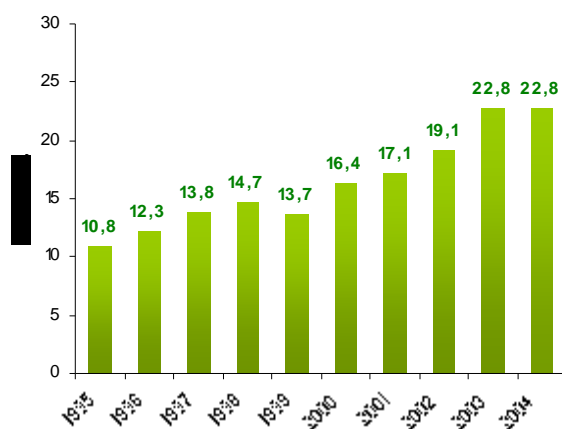
Fonte: Agroconsult

Durante este processo, a soja foi a principal responsável pelos desempenhos extraordinários nos setores industriais ligados ao agronegócio, como fertilizantes, defensivos, máquinas agrícolas e armazenagem. As entregas de fertilizantes chegaram a 22,8 milhões de toneladas em 2004, mais que o dobro do volume registrado em 1995. As vendas de máquinas agrícolas chegaram ao pico de 42,6 mil unidades em 2002. A criação

de uma linha de crédito específica para este segmento em 2000, o programa Moderfrota, teve papel fundamental no incentivo à aquisição de novas máquinas.

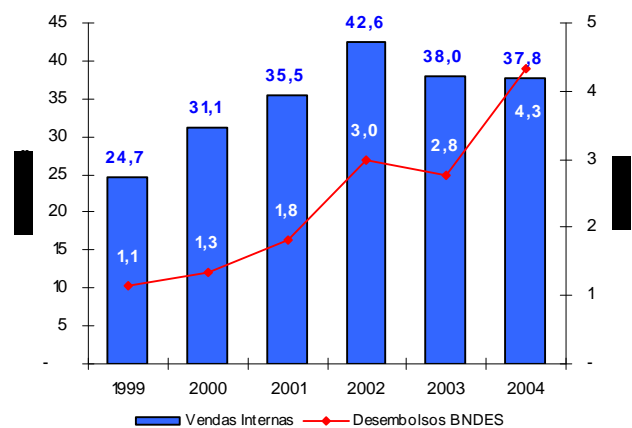
Os reflexos positivos sobre todos os setores da economia brasileira são inegáveis. A agropecuária é o terceiro setor da economia com maior potencial de geração de empregos, atrás apenas de “Serviços Prestados à Família” e “Artigos do Vestuário”. As simulações indicam que para um aumento de produção de R\$ 10 milhões na Agropecuária o setor demandaria um total de 828 empregos, sendo 393 diretos, 131 indiretos e 303 referentes ao efeito-renda¹. Entre 2001 e 2004 o PIB da Agropecuária cresceu em média 5,8% ao ano, contra apenas 2,2% a.a. do PIB total, criando centenas de milhares de empregos.

Gráfico 7 - Entregas Anuais de Fertilizantes ao Consumidor Final



Fonte: ANDA

Gráfico 8 - Vendas de Máquinas Agrícolas e Desembolsos do BNDES*



* Desembolsos referentes a Linha Especial, Moderfrota e Finame Agrícola
Fonte: Anfavea; BNDES

É evidente que a forte desvalorização da moeda a partir de 1999 representou ganho de competitividade e inflou os resultados positivos desse período, talvez até mesmo motivando certos exageros nos investimentos realizados, tanto por parte de produtores quanto da indústria. Criou-se a idéia de que se o câmbio estivesse suficientemente desvalorizado, nada deteria o crescimento da agricultura brasileira. Essa lógica ajudou a mascarar a perda de competitividade, relacionada a outros fatores estruturais, que estava em curso, enquanto o câmbio se mantinha desvalorizado, e que levaria à crise anos à frente.

Uma década de lucros e de crescimento vigoroso numa agricultura até então estagnada mudou a postura de todos os agentes do agronegócio em relação ao futuro. Produtores, indústrias de insumos e de alimentos, *tradings*, governo, mídia e a sociedade em geral acreditaram que já se estaria vivendo o tão almejado processo de crescimento sustentável.

¹ As estimativas têm como base o Modelo de Geração de Emprego do BNDES (Najberg & Pereira), que calcula o número de empregos que podem ser gerados a partir de um aumento hipotético de produção de R\$ 10 milhões nos diferentes setores da economia. O modelo considera cada um dos 41 setores da economia, a preços médios de 2003, e trabalha com três tipos de emprego: o emprego direto, o emprego indireto, que considera a introdução da cadeia produtiva, e ainda o que foi chamado de “emprego efeito-renda”, que corresponde à transformação da renda dos trabalhadores e empresários em consumo.

Porém em 2004 alguns sinais de que as coisas poderiam mudar começaram a aparecer. O clima já não fora tão bom, com seca nos estados do Sul. A ferrugem asiática, doença que havia entrado no país em 2001, mostraria pela primeira vez que era um inimigo terrível. Em 2005, a seca foi calamitosa no Sul e a ferrugem assumiu características de epidemia sem controle no Sudeste e Centro-Oeste.

Mas além desses fatos conjunturais, outros aspectos mais estruturais começavam a preocupar os produtores. Os custos estavam subindo, e muito. Enquanto na safra 2002/03 o desembolso necessário para se cultivar um hectare de soja, levando-se em conta apenas os gastos com sementes, fertilizantes, defensivos, operações mecanizadas e mão de obra, foi de US\$ 225 no Mato Grosso e de US\$ 210 no Paraná, na safra 2005/06 esses valores já alcançavam US\$ 388 e US\$ 326, respectivamente.

As principais pressões de custos estavam na aquisição de fertilizantes, defensivos, óleo diesel e nos fretes. A tabela abaixo ilustra alguns dos fatores que contribuíram para essas elevações de custos.

Tabela 1 - Evolução de custos

	Unidade	2002/03	2005/06	Var. %
Preço do Superfosfato Triplo (TSP) no mercado internacional *	US\$/t.	130	205	58%
Preço do Cloreto de Potássio no mercado internacional (Kcl) *	US\$/t.	132	219	66%
Frete Internacional (Fertilizantes)	US\$/t.	20	40	100%
Gastos com Fertilizantes no Mato Grosso	US\$/ha	87	130	49%
Aplicações de fungicida contra ferrugem no Mato Grosso	nº aplicações	1	4	-
Gastos com defensivos agrícolas no Mato Grosso	US\$/ha	102	157	54%
Preço óleo diesel no Centro-Oeste**	R\$/litro	1,086	1,393	28%
Frete Rodoviário entre Sorriso-MT e Paranaguá-PR **	US\$/t.	50	86	72%

* Preços médios referentes a jul-ago/2002 e jul-ago/2005.

** Preços referentes a mar/2003 e mar/2006

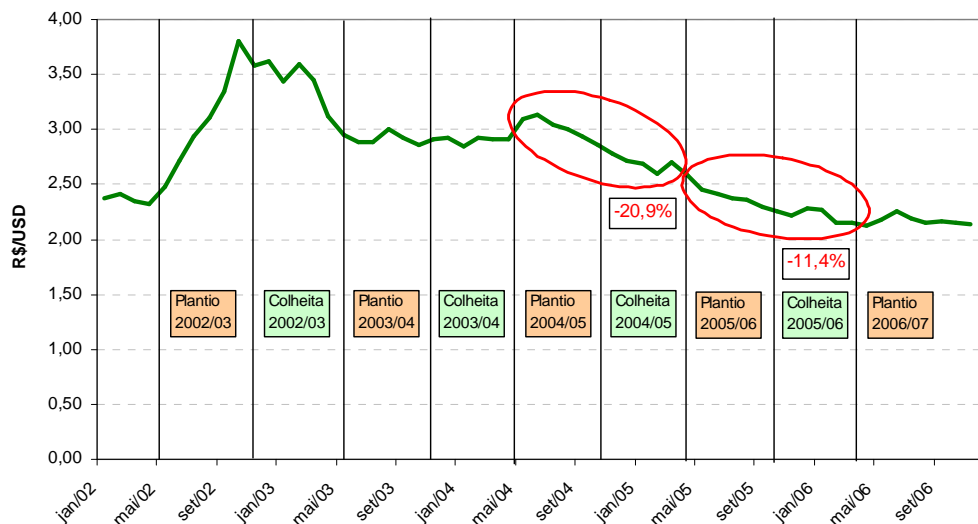
Fonte: ANDA; SIFRECA, CONAB e Agroconsult

Quando os preços internacionais de vários produtos agrícolas importantes, em particular a soja, começaram a ceder a partir do segundo semestre de 2004, os termos de troca da agricultura brasileira começaram a se deteriorar rapidamente, pois a pressão altista de custos, em processo silencioso desde 2002, passou a não mais ser compensada por cotações generosas nas bolsas internacionais. Clima ruim e doenças minando a produtividade, de um lado, e preços em queda com custos em alta, minando os termos de troca, de outro, impuseram uma retração dramática sobre o poder de compra dos produtores de soja para um terço do que fora em 2004.

Como se vê, não foi apenas a forte valorização do câmbio entre 2003 e 2006 que determinou a crise de renda de 2005 e 2006. Porém, o que fez o câmbio ser apontado como o grande vilão da crise foi a ocorrência por dois anos consecutivos de forte valorização

entre o período das compras de insumos, concentrado entre maio e outubro, e a época de liquidação dos compromissos após a colheita, entre março e junho.

Gráfico 9- Evolução Taxa de Câmbio



Fonte: Banco Central

A conseqüência de tantos fatos negativos, combinados em curto espaço de tempo, foi uma crise sem precedentes que impôs severas perdas a todo o agronegócio. Da euforia rapidamente caiu-se no desespero. A renda agrícola despencou, com fortes prejuízos sendo sentidos em quase todas as cadeias agroindustriais, com exceção de cana-de-açúcar, café e laranja, que graças a níveis muito baixos de estoques internacionais apresentaram preços suficientemente altos no período para evitar entrar em crise.

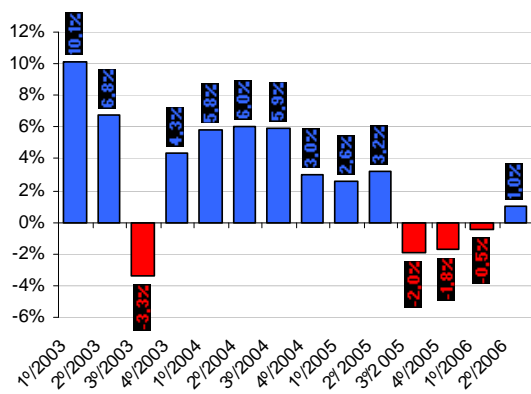
A área plantada com grãos caiu 3,9 milhões de hectares nos últimos dois anos e os mercados de insumos entraram em marcha à ré. As vendas de fertilizantes, que haviam chegado a 22,8 milhões de toneladas em 2004, devem alcançar 20,5 milhões de toneladas em 2006. O faturamento do setor de defensivos chegou a US\$ 4,5 bilhões em 2004 e deve recuar para próximo de US\$ 3,5 bilhões em 2006. O setor de máquinas agrícolas, que atingiu vendas de 29,2 mil tratores e 5,6 mil colheitadeiras em 2004, teve queda de 38,5% e 72,6%, respectivamente, em 2005. Em 2006, até outubro, aparecem registros de 8,4% de crescimento na venda de tratores e nova queda, agora de 44,3%, na de colheitadeiras. É importante observar que o crescimento das vendas de tratores está concentrado em São Paulo, o epicentro do *boom* sucroalcooleiro, e no Rio Grande do Sul, onde há fortes ações do Governo em agricultura familiar. No Centro-Oeste, as vendas de tratores seguem caindo (-3,7%).

Vendas em declínio, queda no faturamento e margens achatadas não foram os únicos nem talvez os maiores problemas das agroindústrias. As taxas de inadimplência atingiram níveis recordes. A incapacidade de saldar as dívidas deflagrou uma crise nas regiões agrícolas do país que se estendeu aos demais setores da economia, com reflexos negativos sobre a indústria e o comércio.

A Crise Agrícola: Saída à Vista, Herança a Prazo

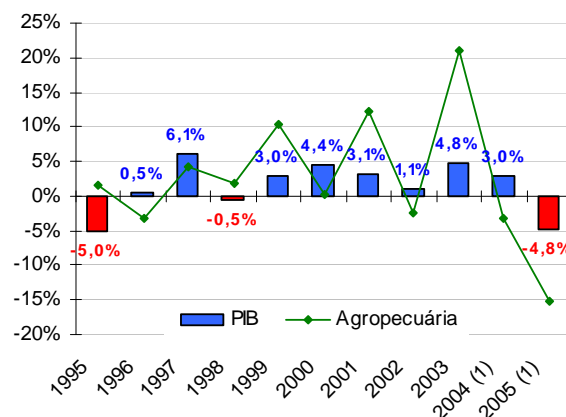
Pode-se ter uma idéia da gravidade da crise olhando-se os números do PIB agropecuário nos últimos trimestres e o reflexo disso sobre as economias dos estados que dependem mais fortemente da agricultura.

Gráfico 10 – PIB Taxa Trimestral (Variação % *)



* Variação sobre o mesmo período do ano anterior
Fonte: IBGE

Gráfico 11- Rio Grande do Sul – PIB Estadual e PIB Agropecuário (Variação Anual)



Fonte: Fundação de Economia e Estatística (FEE)

O PIB Agrícola Trimestral, divulgado pelo IBGE, apresentou variações negativas a partir do 3º trim./2005, em relação ao mesmo período do ano anterior, após 7 trimestres consecutivos de variações positivas, entre 4ºtrim./2003 e 2ºtrim./2005.

O exemplo do Rio Grande do Sul é eloqüente. De acordo com dados da Fundação de Economia e Estatísticas (FEE), em 2005, a queda no PIB gaúcho foi de 4,8%, com uma queda de 15,2% na agropecuária e de 4,5% no setor industrial, o qual, por sua vez, refletiu o péssimo desempenho do setor de Máquinas e Equipamentos (-19,2%). As empresas de máquinas e implementos agrícolas e de armazenagem, grandes consumidoras de aço, apresentaram quedas brutais no faturamento, reflexo direto da crise de renda agrícola. Segundo o Anuário Expressão, a AGCO, fabricante de tratores e colheitadeiras, faturou 28% menos que em 2004. A Semeato, produtora de implementos agrícolas, perdeu 61% da receita do ano anterior. A Kepler Weber, líder nacional no setor de armazenagem de grãos, teve queda de 23% nas vendas, depois de vários anos em que suas vendas cresciam a um ritmo superior a 30% ao ano.

Como resultado, a Associação do Aço do Rio Grande do Sul apontou uma queda de 20% no consumo de aços planos no estado em relação a 2004. Em outubro de 2006 a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs) apontou que o setor industrial completava 19 meses ininterruptos de queda. O faturamento do setor de Máquinas Agrícolas e de Equipamentos regrediu aos níveis de 2000, quando o Moderfrota ainda dava os primeiros e tímidos passos. Para essa indústria, esse é o pior ciclo recessivo já enfrentado na história.

O setor de Máquinas Agrícolas emprega 17,6 mil trabalhadores no Rio Grande do Sul. Em 2005 demitiu 14,9% dos seus empregados. No Brasil, o setor gera, entre empregos diretos e indiretos, mais de 250 mil postos de trabalho. Vale salientar que os empregos

gerados nesse segmento são altamente qualificados, com média de 10 anos de escolaridade, remuneração de cerca de 5 salários mínimos e tempo médio de permanência no emprego próximo de 4 anos. Boa parte desses profissionais passou por cursos de treinamento no exterior, motivo que leva a indústria a resistir em demitir esses trabalhadores, apesar do alto custo de mantê-los: a relação entre salários pagos e vendas subiu 44% em 2005. No entanto, se não houver sinalização clara de tendência de crescimento nas vendas, novos cortes de pessoal para buscar o ponto de equilíbrio das empresas ainda serão necessários.

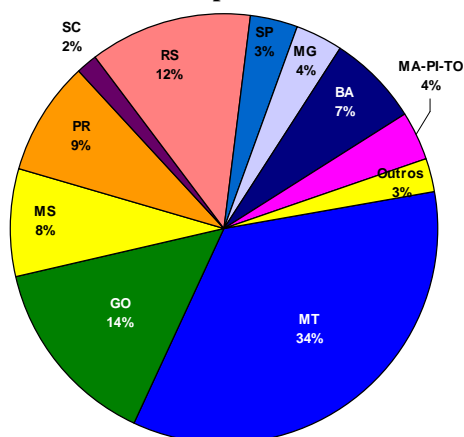
2. DÍVIDAS, UMA HERANÇA PESADA

Os produtores contraíram dívidas de diversas naturezas e com diversos credores. As dívidas mais volumosas são de (i) custeio e (ii) investimentos.

- (i) As **dívidas de custeio** podem ser divididas em dívidas de custeio não-bancárias e bancárias.

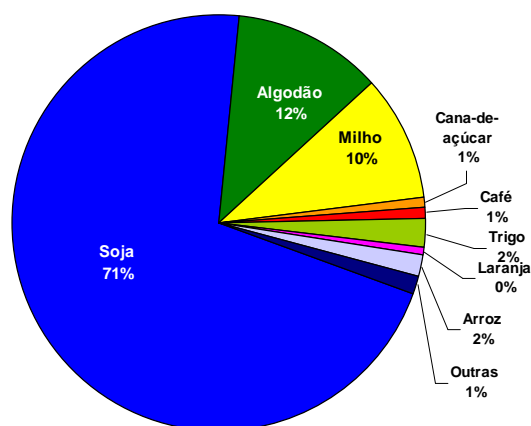
As **não-bancárias** são aquelas contraídas junto às empresas de fertilizantes, defensivos, sementes e *tradings*. Segundo levantamento recente da empresa Agroconsult realizado para a ANDA (Associação Nacional de Difusão de Adubos e Corretivos), as dívidas dos produtores referentes às safras 2004/05 e 2005/06 junto a essas empresas, ainda não saldadas até 30.09.2006 ou postergadas para serem pagas com as safras futuras, seriam da ordem de R\$ 7,24 bilhões. Considerando-se que o pagamento dessas dívidas ocorrerá em 2007 e 2008 (menor parte), a correção por juros de mercado elevará essa conta para R\$ 8,33 bilhões. Estas dívidas estão concentradas nas regiões Centro-Oeste (56% do total) e Sul (23%), e nas lavouras de soja (71%), algodão (12%) e milho (10%).

Gráfico 12 – Dívidas de custeio não-bancárias, por UF



Fonte: Agroconsult

Gráfico 13 – Dívidas de custeio não-bancárias, por lavoura



Fonte: Agroconsult

Em todos esses segmentos, os níveis atuais de inadimplência são recordes e os prejuízos idem. Só não foram maiores porque parte das dívidas foi repassada, pelos produtores, para o FAT-Giro Rural. Neste caso, os produtores ficam devendo ao

BNDES e as empresas recebem os recursos do fundo em pagamento das dívidas, mas ficam com o ônus de serem avalistas dos seus clientes junto ao banco de fomento.

Tabela 2 – Dívidas de custeio não-bancárias, por segmento (R\$ bilhões)

	Dívidas	%
Fertilizantes	2,379	29%
Defensivos	4,099	49%
Sementes	0,421	5%
Tradings	1,436	17%
Total	8,335	100%

Fonte: Agroconsult

Tabela 3 – Níveis de Inadimplência

	Faturamento (a)	A Prazo (b)	Inadimplência (c)	Índice (c / b)
Defensivos	23,5	14,1	3,6	25,5%
Fertilizantes	25,0	6,25	2,1	33,3%
Tradings	-	10,5 *	1,2	11,4%

* compras antecipadas

Fonte: Agroconsult

O elevado grau de inadimplência motivou uma forte restrição da disponibilidade de crédito ofertado por essas empresas aos produtores para o financiamento do plantio da safra 2006/07.

As **dívidas de custeio junto aos bancos** foram prorrogadas por decisão do Governo, que cedendo à pressão dos produtores rurais determinou que todas as dívidas de custeio da safra 2005/06 e mesmo as parcelas vincendas em 2006 decorrentes de prorrogações do custeio da safra 2004/05 (motivadas pela seca do Sul) passariam a ser pagas pelos produtores apenas a partir de 2007, em até cinco anos. Esse processo de prorrogação, concluído em 30.11.06, representa um montante de dívidas de R\$ 8,9 bilhões, sendo a maior parte junto ao Banco do Brasil. Soma-se a esse montante, uma parcela de dívidas bancárias que também foi transferido para o FAT-Giro Rural, a exemplo de parte das dívidas junto ao setor privado não-bancário. Ao todo, foram refinanciados, até novembro, cerca de R\$ 2,0 bilhões junto ao FAT-Giro Rural. Deve-se considerar ainda as dívidas de custeio da Agricultura Familiar, do Funcafé e demais linhas. Com isso, no total, as dívidas de custeio junto aos bancos somam R\$ 13,33 bilhões a serem pagos nos próximos cinco anos..

A tabela abaixo mostra como se distribuiriam os vencimentos das dívidas de custeio, junto aos setores privados e junto aos bancos, nos próximos anos no Brasil, num total de R\$ 21,66 bilhões.

Tabela 4 – Distribuição das Dívidas de Custeio (R\$ milhões)

	2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL
Setores Privados	7.572	762	-	-	-	8.335
Fertilizantes	2.379	-	-	-	-	2.379
Defensivos	4.099	-	-	-	-	4.099
Sementes	421	-	-	-	-	421
Tradings	673	762	-	-	-	1.436
Dívidas Bancos	3.149	2.870	2.560	2.468	2.280	13.326
Custeios Prorrogados	2.034	1.905	1.780	1.655	1.531	8.905
Agricultura Familiar	729	187	35	44	46	1.040
FAT-Giro Rural (Produtor)	76	480	481	481	480	1.997
FUNCAFE	128	203	262	286	221	1.100
Demais Linhas	183	94	2	2	2	284
TOTAL CUSTEIO	10.721	3.632	2.560	2.468	2.280	21.660

Fonte: Agroconsult

- (ii) Já o conjunto das **dívidas de investimentos** é formado pelas dívidas ligadas aos programas governamentais (convênios MAPA-BNDES); pelas dívidas contraídas diretamente com os bancos de fomento (BNDES, BASA e BNB)²; pelas dívidas de investimentos contraídas junto aos bancos privados³; e pelas dívidas de investimentos junto aos fundos constitucionais (FCO, FNE e FNO), além das dívidas de investimentos da agricultura familiar no âmbito do PRONAF. Existem ainda as dívidas com o Tesouro Nacional, relativas aos programas de saneamento financeiro da agricultura postos em prática na década de 90, como Securitização, PESA e Procera, cujos vencimentos totalizam R\$ 8,57 bilhões.

Essas dívidas de investimentos estão concentradas nos programas governamentais atrelados aos convênios MAPA-BNDES, com destaque para o Moderfrota, Moderinfra, Moderagro, Finame Agrícola e Linha Especial. Ao todo, os vencimentos dessas linhas entre 2007 e 2011 somam R\$ 28,81 bilhões, sendo a grande maioria de investimentos em máquinas e implementos agrícolas. Restam ainda dívidas dos produtores contraídas junto aos fundos constitucionais das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte (FCO, FNE e FNO), cujas parcelas de 2005 e 2006 foram prorrogadas, com vencimentos que totalizam R\$3,20 bilhões no período de 2007 a 2011 (valores correspondentes apenas às atividades agrícolas).

As tabelas abaixo mostram como se distribuiriam os vencimentos das dívidas de investimentos, dos Fundos Constitucionais e junto ao Tesouro Nacional. .

² Não foi possível estimar as dívidas contraídas diretamente junto aos bancos de fomento, portanto não foram consideradas no volume total de dívidas deste trabalho;

³ As dívidas de investimento (não ligadas aos programas MAPA-BNDES) contratadas junto aos bancos privados também não foram consideradas neste trabalho, uma vez que estão muito concentradas no setor sucroalcooleiro, mais especificamente nas usinas, não configurando dívidas de produtores rurais propriamente ditas.

Tabela 5 – Distribuição das Dívidas de Investimentos dos Programas Governamentais (Convênios MAPA-BNDES e PRONAF)

(R\$ milhão)

Investimentos	2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL
Moderfrota	3.825	3.539	3.154	2.710	1.880	15.108
Moderinfra	114	277	418	449	419	1.677
Moderagro	773	979	1.037	415	157	3.360
Linha Especial	1.188	1.090	992	864	537	4.671
Finame Agrícola	171	83	48	36	24	361
Prodefruta	62	93	120	142	122	539
Investimento Agricultura Familiar	272	321	336	326	282	1.537
Outras Linhas	549	420	254	184	144	1.552
TOTAL INVESTIMENTO	6.955	6.801	6.358	5.125	3.565	28.805

Fonte: Agroconsult

Tabela 6 – Distribuição das Dívidas dos Fundos Constitucionais (R\$ milhão)

Fundos Constitucionais	2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL
FCO	216	210	169	128	102	824
FNO	161	156	126	96	76	613
FNE	641	369	301	250	200	1.762
TOTAL F.CONSTITUCIONAIS	1.018	735	596	474	377	3.199

Fonte: Agroconsult

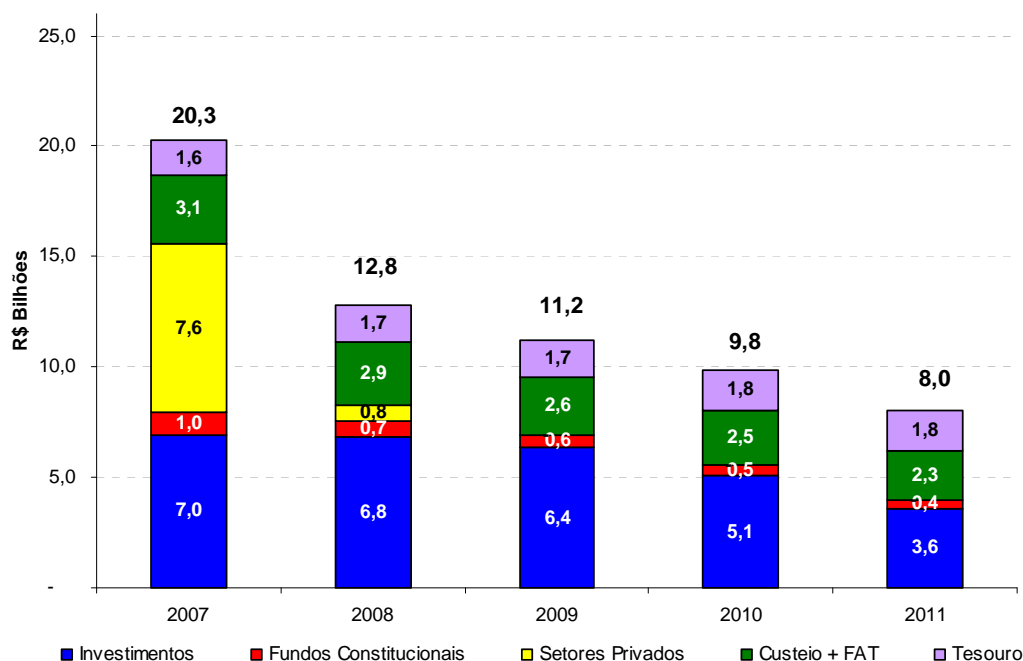
Tabela 7 – Distribuição das Dívidas junto ao Tesouro Nacional (R\$ milhão)

Tesouro	2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL
Securitização	750	780	807	831	856	4.023
PESA	832	865	896	922	950	4.465
Procera	19	18	16	16	16	85
TOTAL COM TESOURO NACIONAL	1.600	1.663	1.718	1.769	1.822	8.573

Fonte: Agroconsult

Quando se soma a distribuição de todas as dívidas de custeio e investimento a vencer entre 2007 e 2011, chega-se a um total de R\$ 62,24 bilhões. Para que se tenha uma idéia do nível do desafio que as dívidas apontadas acima representam para os produtores, é necessário estimar qual será a capacidade de pagamento gerada por eles nos próximos anos.

Gráfico 14 – Perfil da Distribuição das Dívidas – 2007-2011



Fonte: Agroconsult

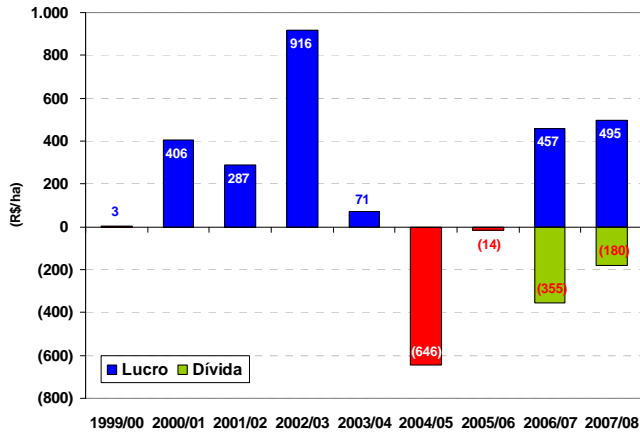
3. UMA LUZ NO FIM DO TÚNEL

Um fato alvissareiro para a safra 2006/07 foi o registro de uma forte redução nos custos de produção, especialmente em fertilizantes e defensivos. Em boa parte devido à retração da demanda. Os preços dos adubos caíram mais de 20% graças a reduções de preços de matérias-primas no mercado internacional, fretes marítimos e *demurrage* em queda. A restrição de crédito para vendas a prazo de defensivos, forçando descontos nas vendas à vista, a forte presença de genéricos e o avanço da soja transgênica fizeram os preços em dólar recuarem mais de 30%. Os preços internacionais de grãos e oleaginosas estão em alta novamente, pressionados principalmente pelo impacto do crescimento da demanda por biocombustíveis.

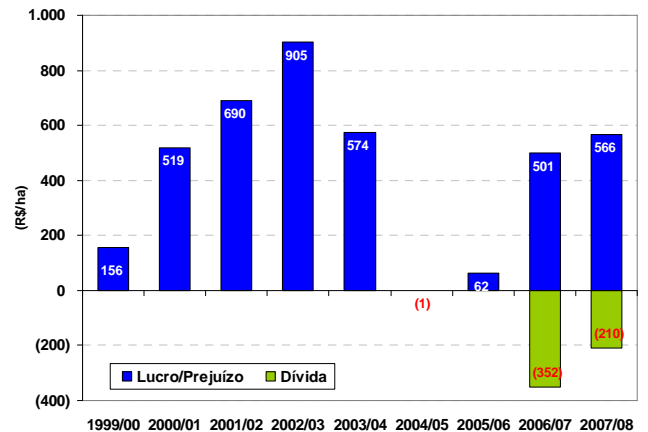
A combinação entre queda de custos de produção e recuperação dos preços em curso vem melhorando sensivelmente as expectativas de rentabilidade para a safra 2006/07, e daí em diante. No entanto, deve-se observar que ainda existem diferenças significativas no nível de rentabilidade a ser alcançado em diferentes regiões do país, como apontam as estimativas da Agroconsult. Em 2007, para a média dos produtores de soja nos estados do Rio Grande do Sul e Paraná a geração de lucro volta a ser significativa, mas em Goiás e no Mato Grosso ela acontece timidamente. Nesses estados, apenas os produtores com produtividades muito altas ou com um ótimo desempenho em comercialização devem conseguir gerar receitas suficientes para cobrir todo o custo operacional e ainda amortizar as pesadas dívidas que vencem no próximo ano.

Elaboração: Agroconsult – Dezembro de 2006

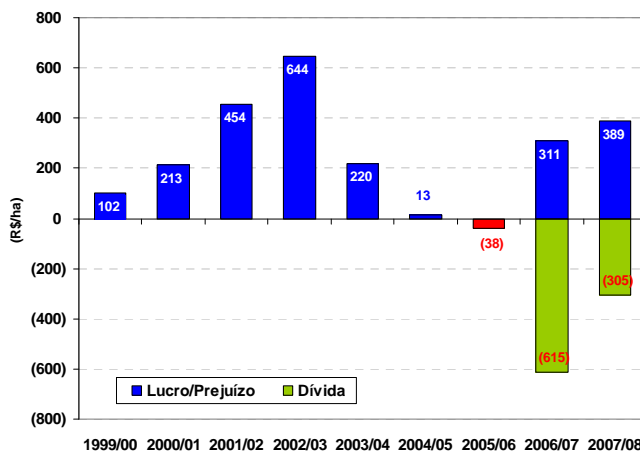
**Gráfico 15 – Rentabilidade sobre Desembolso
Rio Grande do Sul**



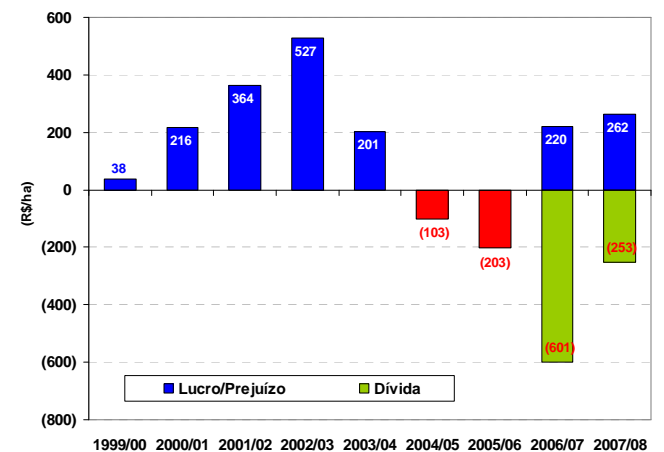
**Gráfico 16 – Rentabilidade sobre Desembolso
Paraná**



**Gráfico 17 – Rentabilidade sobre Desembolso
Goiás**



**Gráfico 18 – Rentabilidade sobre Desembolso
Mato Grosso**



Fonte: Agroconsult

Nesse ponto é importante destacar que o processo de recuperação do crescimento da agricultura vai se dar de forma diferenciada entre as diversas regiões do país. Não tanto pela diferença de rentabilidade a ser alcançada pelos produtores nas diferentes regiões, que apesar de significativas não serão decisivas, mas pelo nível de dívidas acumuladas e postergadas em cada região nos próximos anos.

O quadro abaixo foi construído a partir dos cenários esperados pela Agroconsult para todas as lavouras brasileiras⁴, em termos de rentabilidade. Trata-se de uma fase muito boa, em que estão previstos bons níveis de preço. Estes serão influenciados por um crescimento econômico mundial forte, que puxa a demanda por alimentos em particular nos

⁴ Foram traçados cenários distintos para 34 lavouras: abacaxi, algodão, amendoim, arroz, aveia, banana, batata-inglesa, cacau, café, caju, cana-de-açúcar, canola, cebola, centeio, cevada, coco, feijão, fumo, girassol, hortaliças, laranja, maçã, mamão, mandioca, melancia, melão, milho, reflorestamento, soja, sorgo, tomate, trigo, triticale e uva. As demais lavouras foram agrupadas em “Outras” e tratadas por um cenário médio.

países em desenvolvimento, e pela cada vez mais acirrada luta pelo destino da produção agrícola, entre as indústrias de alimentos, rações e biocombustíveis. A continuidade na redução da taxa de juros real e uma lenta e gradual desvalorização da moeda também são considerados. Choques de oferta derivados de problemas climáticos foram descartados.

Confrontando-se valores estimados de dívidas a vencer e lucro a ser gerado (já descontado o custo operacional) entre 2007 e 2011, pode-se observar que não haverá a princípio grandes desequilíbrios. Na verdade, pode-se até considerar o resultado favorável, pois existe a possibilidade concreta de o setor agrícola gerar lucro suficiente para não apenas saldar suas dívidas como também voltar a investir. Porém, vale lembrar que as estimativas acima refletem uma média nacional com resultados agregados de várias lavouras distintas e regiões com graus muito diferentes de competitividade. Daí decorre novamente a necessidade de uma regionalização e uma avaliação de cada lavoura em separado, para que seja possível identificar onde, e com qual intensidade, se darão os problemas futuros.

Tabela 8 - Balanço Lucros-Dívidas do Setor Agrícola no Brasil (em R\$ 1000)

BRASIL	Dívidas	Lucros	Saldo
2007	20.294.218	26.440.475	6.146.257
2008	12.830.866	30.857.039	18.026.173
2009	11.232.380	33.529.700	22.297.320
2010	9.836.011	36.050.130	26.214.120
2011	8.044.202	35.697.846	27.653.644

Fonte: Agroconsult

A tabela abaixo reflete as situações esperadas em 2007 e 2008. Os dados ilustram bem o contraste entre regiões com maior diversificação de atividades agrícolas e melhor servidas de logística (Sul e Sudeste), e regiões onde predominam a monocultura da soja e a precariedade logística (Centro-Oeste e Cerrados do Nordeste). A maioria dos estados caminha para uma situação de solvência já em 2007, até acumulando gordura para novos investimentos. Os estados do Centro-Oeste são exceção, em especial o Mato Grosso, que passará por grandes dificuldades para saldar todas as dívidas com vencimentos previstos para 2007 e 2008. Isso deve implicar em nova onda de inadimplência ou mesmo numa forte pressão política para novas prorrogações de prazo das dívidas pendentes.

Tabela 9 - Balanço Lucros-Dívidas do Setor Agrícola por Estado (em R\$ 1000)

2007	Dívidas	Lucros	Saldo	2008	Dívidas	Lucros	Saldo
RS	2.766.560	3.793.518	1.026.958	RS	1.806.424	4.090.541	2.284.116
SC	676.155	1.624.341	948.186	SC	484.102	1.611.543	1.127.441
PR	2.473.031	4.867.554	2.394.523	PR	1.621.826	5.311.094	3.689.269
SP	1.630.393	3.846.657	2.216.264	SP	1.293.625	4.337.842	3.044.218
MG	1.394.943	3.518.229	2.123.286	MG	1.093.906	4.860.603	3.766.697
MS	1.275.070	1.085.815	(189.255)	MS	790.242	1.352.782	562.539
MT	4.343.695	1.530.561	(2.813.134)	MT	2.022.640	1.965.212	(57.428)
GO	2.068.121	1.374.091	(694.030)	GO	1.223.497	1.708.072	484.575
BA	1.223.484	1.238.661	15.176	BA	670.868	1.537.714	866.846
MA-PI-TO	800.834	838.510	37.676	MA-PI-TO	513.294	966.973	453.679
Outros	1.641.931	2.722.536	1.080.606	Outros	1.310.442	3.114.663	1.804.221
Brasil	20.294.218	26.440.475	6.146.257	Brasil	12.830.866	30.857.039	18.026.173

Fonte: Agroconsult

Para a maioria dos estados, 2007 e 2008 devem representar anos de transição, em que as boas rentabilidades alcançadas permitirão colocar as contas em ordem e preparar o terreno para nova fase de investimentos e expansão a partir de 2009. Nesse sentido, as prorrogações de dívidas de custeio e de investimento e a criação de linhas alternativas de crédito, como o FAT-Giro Rural, podem ser consideradas acertos de política agrícola, que embora com custos fiscal e político elevados serviram para compensar parte dos prejuízos ao setor causados pela política econômica de juros altos e câmbio flutuante valorizado. No entanto, quando se observam os dados do Mato Grosso, a geração de lucros prevista não será capaz de garantir uma transição tranqüila para uma nova fase de crescimento.

Essa situação aponta para uma mudança significativa no padrão de financiamento da agricultura. O sistema de vendas com prazo safra operado diretamente pelas indústrias de fertilizantes e defensivos e seus canais de distribuição serão cada vez mais direcionados para trocas do tipo “pacote fechado”, via *tradings*. Estas têm maior poder de recuperação de créditos, já que contam com garantias mais fortes (penhor da safra) e um melhor sistema de acompanhamento da colheita e comercialização de grãos. Esse caminho limitará a quantidade de crédito colocado à disposição dos produtores às necessidades de compra antecipada das *tradings*. Uma maior seletividade na concessão de crédito estará presente.

Outra grande mudança será na forma como os produtores alocarão os lucros gerados na atividade. No Sul e Sudeste do país, períodos de rentabilidade elevada são acompanhados, tradicionalmente, por elevação rápida no preço das terras, uma vez que a disponibilidade de novas áreas já é bastante reduzida. O acirramento da competição entre cana-de-açúcar, em crescimento acelerado, e a agricultura de grãos, que voltará a ser bastante lucrativa, pode trazer uma rápida elevação de preços de terra, o que de certa forma limitará os investimentos em expansão de escala de produção nessas regiões. As indústrias de fertilizantes, defensivos e máquinas agrícolas devem sentir em suas vendas nessas regiões um impulso muito menor que o verificado entre 2000 e 2004.

Em contrapartida, pode-se esperar que as cidades que vivem da renda agrícola nessas regiões sofram reflexos positivos em suas outras atividades econômicas. Considerando que os produtores não ampliem significativamente seus investimentos na atividade rural, em função dos altos custos da terra, os lucros tendem a migrar para a construção civil e o comércio. Ou seja, um novo impulso ao padrão de vida, já elevado das cidades do interior do Sul e Sudeste do país, pode ser esperado.

Já na região Centro-Oeste e nos Cerrados do Nordeste, pode-se aguardar um processo lento de superação da crise, se não houver uma intervenção estatal que promova um novo alongamento do perfil do endividamento. O caminho natural, via mercados, seria que os produtores mais capitalizados, que sobreviveram à crise e apresentam um grau de endividamento ainda administrável, passassem lentamente a assumir os negócios dos produtores insolventes. Já se percebeu essa tendência no plantio da safra 2006/07. Essa dinâmica pode se estender por dois ou três anos e determinar apenas a ocupação das áreas que já haviam sido abertas até 2004 e que ficaram em pousio ou foram reconvertidas para pastagem nos últimos dois anos de crise. Um ritmo acelerado de abertura de novas áreas, como o corrido entre 2000 e 2004, estaria descartado.

Essa alternativa de solução de crise via mercado trará reflexos pouco atraentes às cidades que tradicionalmente dependem da agricultura no Centro-Oeste e nos Cerrados do

Nordeste. Sem ampliação de área plantada não se movimenta a construção civil, sempre dependente da chegada de novas hordas de migrantes. Não cresce também o comércio, que basicamente vive de vendas de máquinas e implementos, insumos agrícolas e da prestação de serviços aos produtores rurais. Sem crescimento acelerado da produção agrícola, não serão atraídas as agroindústrias que também geram empregos e renda. A tendência é de estagnação econômica dessas cidades e, por consequência, dos estados onde a agricultura é o setor mais dinâmico da economia.

4. PAGAR EM DIA É O MELHOR NEGÓCIO

Existiria uma alternativa que não fosse a de deixar o mercado resolver quem vai sobreviver e quem será expulso do negócio? É claro que existe, seria uma intervenção estatal. O problema é que nosso histórico de intervenções do Governo para atenuar os problemas de endividamento no campo nas últimas décadas não inspira muita confiança nos resultados. Nossa tradição têm sido a de premiar com quase perdões de dívidas os produtores que ficaram inadimplentes, sem ao menos separar claramente os que foram colocados nessa situação por circunstâncias do mercado ou da política econômica, daqueles que agiram de má fé, deliberadamente, confiando numa solução política que os livrasse das suas obrigações financeiras. Ao não separar o joio do trigo, popularizou-se a idéia de que dívida, em especial agrícola e principalmente as contraídas em linhas de recursos públicos, não é para ser paga, mas quando muito, administrada. Dessa forma, aqueles produtores com histórico de bons pagadores, que muitas vezes abdicaram da tentação de investimentos ousados, e mesmo aqueles que em momentos de dificuldade tomaram a difícil decisão de reduzir seu patrimônio, para manter seu nome limpo, foram ao longo dos anos ficando com a sensação de terem sido enganados pelo Governo ou mesmo pelas suas lideranças. Pois, afinal, os maus pagadores foram, várias vezes, contemplados com vantagens financeiras muito maiores do que aquelas a que eles, mesmo sendo bons pagadores, jamais tiveram acesso. Em outras palavras, criou-se forte estímulo ao *moral hazard*.

Portanto, não resta dúvida de que a intervenção do governo poderia ditar um ritmo mais forte de recuperação da agricultura nas regiões Centro-Oeste e Nordeste, dinamizando as cidades e influenciando positivamente as indústrias de insumos e máquinas agrícolas. Mas, essa intervenção, se vier, deveria dessa vez deixar bem claro que pagar em dia é o melhor negócio.

Algumas alternativas de intervenção podem ser estudadas, porém deve-se em primeiro lugar reconhecer que os problemas são regionalizados, concentrados em grãos e no Centro-Oeste, particularmente no Mato Grosso e Goiás. Portanto, deve-se evitar que uma solução mais generosa que crie vantagens para os produtores dessas regiões não seja automaticamente estendida para as demais regiões, onde o pagamento futuro das dívidas pode e deve acontecer sem necessidade de novas ajudas do Governo. A regionalização de políticas públicas não é uma novidade, basta lembrar dois casos recentes: a prorrogação das dívidas dos produtores dos estados do Sul atingidos pela seca em 2005 e a destinação de recursos para amparo à comercialização da soja da safra 2005/06, com fortes subsídios aos produtores do Centro-Oeste.

A maneira pela qual se poderia evitar a generalização de soluções regionais e ao mesmo tempo impedir que os inadimplentes sejam premiados, em detrimento daqueles que vêm pagando suas contas em dia, é através da concessão de bônus de adimplência para esses últimos.

Uma grande oportunidade para solução das dívidas de investimento reside no fato de que a grande maioria das linhas de financiamento usadas até então, estabelecia correções por taxas de juros pré-fixadas. Quando esses financiamentos foram concedidos, entre 2000 e 2004, a expectativa era de taxas de juros altas ainda por muitos anos. Hoje a expectativa é que as taxas de juros entrem em tendência de queda. O impacto dessas taxas antigas sobre as dívidas amplia muito os valores a serem pagos, transformando as próprias prorrogações de 2005 e 2006 numa armadilha para os produtores. O peso dos juros no perfil das dívidas vai crescendo muito em relação ao principal dessas mesmas dívidas. A tabela abaixo mostra a diferença entre a dívida a ser paga nas linhas de investimento (convênios MAPA-BNDES) com e sem a capitalização dos juros nos próximos anos.

Tabela 10 – Dívidas dos Convênios MAPA-BNDES, com e sem contabilização de juros

Programas MAPA/BNDES (com contabilização de juros)						
	2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL
Investimentos						
Moderfrota	3.825	3.539	3.154	2.710	1.880	15.108
Moderinfra	114	277	418	449	419	1.677
Moderagro	773	979	1.037	415	157	3.360
Linha Especial	1.188	1.090	992	864	537	4.671
Finame Agrícola	171	83	48	36	24	361
Prodefruta	62	93	120	142	122	539
TOTAL	6.133	6.060	5.768	4.615	3.139	25.716
Programas MAPA/BNDES (sem contabilização de juros)						
	2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL
Fundos Constitucionais						
Moderfrota	2.582	2.582	2.475	2.299	1.698	11.636
Moderinfra	80	198	309	349	349	1.285
Moderagro	621	822	914	370	144	2.871
Linha Especial	784	784	784	754	516	3.621
Finame Agrícola	142	67	38	31	22	301
Prodefruta	46	71	94	116	106	433
TOTAL	4.254	4.523	4.614	3.920	2.836	20.148
Diferença	1.879	1.537	1.154	695	304	5.568

Fonte: Agroconsult

Particularmente para a indústria de máquinas agrícolas essa situação é de extremo desconforto, pois ao mesmo tempo em que as prorrogações inflaram as dívidas dos produtores, o alongamento do prazo para sua liquidação impôs uma corrosão no valor das garantias, em geral as próprias máquinas financiadas. Muitos produtores podem simplesmente achar que devolvendo as máquinas já usadas por alguns anos estarão saldando suas dívidas. E quando se observa que os produtores do Centro-Oeste ainda terão dificuldades de saldar seus compromissos em 2007 e 2008, e que certamente vão pleitear novas prorrogações, essa possibilidade vai crescendo. Mesmo produtores que venham a ter sua capacidade de pagamento restaurada a partir de 2007 teriam motivos, em tese, para

pensar nessa alternativa. Além do óbvio problema operacional que seria criado para os próprios produtores, por não poderem contar com essas máquinas, as indústrias certamente questionariam na justiça a legalidade dessa operação, uma vez que as prorrogações não foram promovidas por elas, mas sim decorrentes de uma quebra de contrato imposta pelo Governo.

Uma sensível redução das taxas de juros dos contratos prorrogados, na forma de bônus de adimplência, ajustando-as à nova realidade das perspectivas econômicas, poderia significar uma redução considerável no total das dívidas nos próximos anos e servir de alternativa à idéia de promover novas prorrogações de prazo. A instituição de bônus adicionais de adimplência e de descontos especiais para antecipações de pagamento das parcelas futuras também poderia ser estimulada pela indústria de máquinas e seus bancos. Ao reduzir a taxa de juros para as dívidas dos programas PESA e Securitização, a partir de 2007, o Governo já sinalizou que entende essa necessidade de alteração de taxa de juros.

A concessão de novas prorrogações para as regiões sem restauração imediata da capacidade de pagamento, como se viu, pode representar apenas o prolongamento de uma agonia, se não houver uma mudança no perfil de capitalização dos juros.

É importante notar que a solução a ser dada em 2007 para o problema das dívidas também trará reflexos de longo prazo sobre o *modus operandi* das indústrias de máquinas e insumos no Brasil. Para as empresas que atuam no Brasil, tão importante quanto saber qual o risco que seus clientes enfrentam no mercado, é saber qual o risco de terem seus negócios impactados por intervenções futuras do Governo.

O que essa crise deve deixar de lição é que precisamos aproveitar a nova fase de vacas-gordas para avançar na construção de um ambiente de negócios mais saudável, em que se privilegie a santidade dos contratos. Uma nova fase onde a pró-atividade seja a tônica das intervenções do Governo, sempre procurando antecipar os problemas ao invés de intervir apenas quando as crises já estão instaladas.

Para a questão das intervenções de socorro financeiro, o ideal seria seguir na direção da constituição de um fundo que contasse, na sua capitalização, com recursos do Governo e também dos próprios produtores. Sendo que estes últimos, nos períodos de maior rentabilidade, ampliariam suas contribuições, e nos períodos adversos as dívidas seriam reduzidas. Em casos de extrema dificuldade, os produtores poderiam recorrer aos recursos desse fundo, que teria taxa de juros e prazos especiais. Esse fundo teria limitação de acesso, que poderia ser, por exemplo, o direito de uma única entrada, por produtor, a cada 10 anos. Aqueles que não acessassem os recursos do fundo deveriam receber, como bônus, progressivas reduções nos valores de suas contribuições. A renda agrícola parece ser a fonte ideal sobre a qual essas contribuições deveriam ser obtidas.

Vale ainda ressaltar que apesar de válidas e eventualmente indispensáveis, as intervenções estatais para solução de problemas financeiros dos produtores não deveriam compor o núcleo central dos instrumentos de política agrícola. Políticas mais horizontais que promovam ganhos para todos os produtores de forma indistinta seriam as de melhor resultado. Trabalho apresentado no *USDA Agricultural Outlook* do ano de 2002 por André Pessoa e Marcos Jank indicava que, para consolidar o forte patamar de competitividade que o Brasil alcançara àquela altura, seria necessário avançar numa agenda que contemplasse: (1) consolidação da estabilidade econômica, reduzindo a instabilidade de preços

importantes como juros e câmbio; (2) elevação substancial dos investimentos em logística de transportes e infra-estrutura; (3) melhorias na performance da defesa agropecuária, para garantir a consolidação do país como grande exportador de carnes; (4) aceleração na adoção de transgênicos e ampliação dos recursos para pesquisa agrícola; (5) revisão da estrutura tributária que incide sobre o setor, privilegiando a cobrança de impostos diretos sobre renda e propriedade e aliviando ou eliminando a carga de impostos indiretos; (6) implantação de um novo sistema de comercialização que privilegie o uso de mercados futuros e derivativos; (7) implantação de um programa amplo de seguro agrícola; (8) melhoria nos resultados obtidos pelo país nas rodadas internacionais de negociação comercial.

Parece incrível, mas a agenda a ser proposta hoje é exatamente a mesma, elaborada há quatro anos. Fazer projeções sobre o futuro num país como o Brasil, e na agricultura em particular, é um exercício temerário. Porém, os formuladores de políticas públicas têm esse exercício como ofício e cabe a todos os agentes que compõem a cadeia de valor do agronegócio influenciar para que as medidas adotadas sejam justas e eficazes, sempre no sentido de promoverem o desenvolvimento, de preferência em bases sustentadas.

A intervenção ou não do Governo e o tipo de intervenção a ser escolhido para a solução da atual crise de endividamento dos produtores determinará o ritmo da recuperação da área plantada e da produção agrícola e a intensidade de seus efeitos sobre a renda agrícola e nas indústrias ligadas diretamente à agricultura. A capacidade do governo em realizar um ajuste fino, entre a intervenção de curto prazo e os avanços necessários na agenda de mudanças estruturais proposta para o longo prazo, é que vai determinar em última instância se a próxima fase de rentabilidades positivas será o início de um período de desenvolvimento sustentado da nossa agricultura. Em outras palavras, se teremos uma consolidação de nossa competitividade ou apenas mais um período favorável desperdiçado.